

INTERVENÇÕES VIOLENTAS

De: Noam CHOMSKY*Interventions: Londres: Penguin, 2008, 262 p.***Por: Antonio Caubi Ribeiro Tupinambá***Doutor em Psicologia. Professor do Departamento de Psicologia – UFC, E-mail: tupinamb@ufc.br.*

Depois de coroarem um rei iraquiano fantoche, Faissal, os britânicos trataram de destruir o movimento independentista, pulverizaram aldeias com artilharia e bombardeando fazendas com bombas de fósforo e eletrodo de zinco para mutilar o gado. O Iraque, berço do petróleo de melhor qualidade do mundo, continuou sendo na prática uma colônia inglesa até a invasão de Suez, em 1956.

John Pilger

Quem poderia imaginar existir em um país destruído por várias guerras alguma expressão artística ou algum artista vivendo de sua própria arte? Trata-se do Iraque, que ora busca um lugar ao sol no mundo da criação e da expressão humana e artística. A capital Bagdá, que já foi considerada a Paris do mundo árabe quando se falava de cultura, arte, ciência e educação, vive a realidade da destruição e do medo permanente. Recuperar o *status* anterior é tarefa hercúlea que depende da estabilidade política e da viabilização da circulação humana segura nas ruas e nos prédios. Mesmo sob o embargo econômico que durou mais de década antes da invasão em 2003 pelo grupo de países liderados por Washington, a nação iraquiana viu florescer um movimento atípico de artistas, que foi completamente ofuscado pelos efeitos dessa última guerra. Durante o regime de Saddam Hussein, os artistas que se punham ao lado da situação recebiam subsídios e material para suas produções e muitas vezes um posto público para poder produzir livremente sem se preocupar com vendas e busca de sobrevivência. Essa “geração do

embargo”, como se intitulavam os artistas da época, criou um estilo próprio e reconheceu a necessidade da arte para lidar com o recrudescimento da vida sob o embargo e seu conseqüente isolamento. Os poucos artistas que sobreviveram à invasão de 2003 e não fugiram do país se mantiveram praticamente imobilizados em consequência do conflito e do terrorismo que ainda grassam na sociedade iraquiana. Como pode um povo pensar em arte se a busca da própria sobrevivência é seu motor diário e se o pouco dinheiro público que deveria ser aplicado à recuperação da cultura local é embolsado por políticos corruptos, para quem arte é sinônimo de inutilidade? Qasim Sabti é um desses artistas sobreviventes que resistiu a decretar o fim da arte iraquiana. Para se chegar a sua galeria, em um bairro de Bagdá, é necessário passar por várias revistas antibomba e muitas vezes, durante a visita, atentar para os barulhos externos dos tanques de guerra e dos helicópteros que sobrevoam a cidade (PUTZ, 2010). Como afirmava a artista e proprietária de uma galeria em época anterior, Wadad Orfali,

naquela altura os artistas tentavam, com seu trabalho, amenizar o sofrimento humano através de uma expressão cultural que era parte integrante da civilização iraquiana e que nem a guerra havia conseguido mudar (GHATTAS, 2002). Talvez seja isso o que faça, mesmo em condições extremamente adversas, surgirem ainda hoje escolas e galerias de arte no meio dos escombros da cidade, sob o som nauseante de disparos e bombas e a visão pública de corpos dilacerados pela violência terrorista. Escombros resultantes de uma intervenção desigual, com a qual o mais poderoso país na história demonstrou, mais uma vez, que pretende controlar o mundo pela força, em uma dimensão na qual poderá reinar de maneira suprema e permanente (p. 13). O país se tornou um terreno fértil para as práticas intervencionistas estadunidenses que se desdobram até hoje. O tema acerca do intervencionismo estadunidense no Iraque e noutros países, como tratado no livro do linguista e crítico político Noam Chomsky, nos permite conhecer melhor o dilema e as consequências de tais práticas. Para a construção do presente texto, consideramos a edição em inglês de 2004 do livro em questão intitulada *Interventions*.

O livro resenhado apresenta o complexo roteiro, os rituais de negociação, sedução e os grandes planos de dominação de Washington para criar as condições e viabilizar diferentes ações bélicas em países periféricos: estratégias essas, indispensáveis em seu jogo de domínio mundial. Tal pode se passar no Afeganistão, no Iraque ou noutros países, cuja presença estadunidense, autorizada ou não, visa à preservação de regimes militares favoráveis a sua política hegemônica. Veja-se o exemplo na história recente do Paquistão, da Turquia e de países latino-americanos, nos quais ditaduras foram estimuladas em nome de uma ordem e de uma paz inexistentes e inalcançáveis.

Para mim, confesso que [os países] são peças de um tabuleiro de xadrez no qual se joga um grande jogo pelo domínio do mundo.

Lorde Cruzon, vice-rei da Índia, 1898 citado por Pilger (2004).

Problemas internacionais que se desenrolaram em consequência dos ataques às Torres Gêmeas em Nova York, em 11 de setembro de 2001, configuram uma linha temática no livro e funcionam como um divisor de águas na história das intervenções estadunidenses. Como afirma o autor, os ataques causaram choque e horror pelo mundo, além de sensibilização pelas vítimas, “mas é importante ter em mente que a maior parte do mundo reagiu de outra forma: ‘bem-vindo ao clube’”¹ (p. 35). Pela primeira vez na história, uma potência ocidental foi submetida a uma atrocidade do tipo muito familiar noutros lugares.

O Iraque foi de fato um ensaio e muitos futuros Iraques podem estar a caminho, onde arte e humanidade são preteridas, viram história e são substituídas pela crueza da vida sem perspectiva, futuro ou autonomia. Mas o comércio da guerra não pode parar. Isso seria contraditório com a ambição imperialista, com a ideia de “um mundo unipolar no qual os Estados Unidos não tenham competidores’ e no qual nenhum Estado ou coalizão poderia jamais desafiar o líder global, protetor e o que manda” (p. 13). Análises dessa natureza permeiam os doze primeiros capítulos do livro, que vão dos nomeados ataques de 11 de setembro, passando pela invasão do Iraque, os conflitos Israel-Palestina, até as negociações com a ONU e o dilema da dominação estadunidense sobre países do “eixo do mal”. Alguns deles vulneráveis e indefensáveis, outros que fogem a esse critério (como Coreia do Norte e Irã) e não são alvos fáceis.

Aquilo que Chomsky traz sobre os planos presidenciais atuais para o controle do mundo já presentes na pauta de governos anteriores é percebido nos mais inusitados momentos das relações internacionais, a exemplo do momento único de acolhida do Prêmio Nobel da Paz em Estocolmo por Barack Obama. Como descrito nos diversos capítulos do livro, nos quais se avalia o papel do presidente na manutenção de políticas intervencionistas de governos anteriores, percebe-se uma intenção de continuidade dessas políticas no próprio discurso de agradecimento pelo prêmio recebido “pelos esforços diplomáticos internacionais e cooperação entre povos” (PÚBLICO, 2009). “Nele, o presidente estadunidense apresentou argumentos tradicionais, que poderiam ter sido retirados das falas de qualquer um de seus antecessores” (TUPINAMBÁ, 2010).

A força e o poder no âmbito das relações internacionais aplicados aos Estados inimigos que se comportem de forma antagônica aos interesses dos Estados Unidos e de seus colaboradores ditos civilizados traduzem o conceito de guerra justa apregoado pelo presidente Obama. Ações bélicas dessa natureza justificam o tratamento que Washington e os demais centros do poder dão ao resto do mundo. A esse centro de poder liderado por Obama compete evitar acordos internacionais que possam limitar seu arco de ação. Basta, portanto, utilizar decisões que ratifiquem posturas ou se apoiar em referências para justificar ditames próprios. Planos e projetos de interesse nacional, ainda que envolvam outros países, jamais devem ser questionados. Com o discurso sobre a paz a ser conquistada pela guerra, Washington se isenta do efeito de convenções ou tratados internacionais, forçando os demais países a se referir e se limitar aos princípios estadunidenses

(TUPINAMBÁ, no prelo). Trata-se de um discurso sobre a conquista da paz por meio da guerra, o que está “profundamente enraizado na prática e cultura intelectual americanas” (CHOMSKY, 2003, p. 27). Mas o mundo reage com ceticismo ao discurso sobre guerras justas. Há no discurso estadunidense dois tipos de informação, a exemplo do que se vê em seus planos para a Palestina e Israel: “[...] há duas fontes de informação: retórica e ação. No nível da retórica está a ‘visão’ de Bush de um Estado Palestino – a qual admiramos mas não temos permissão de perceber – e o ‘mapa da estrada’ do ‘quarteto’: a ONU, a Rússia, União Europeia e os Estados Unidos” (p. 31). Um mapa que nunca foi respeitado por Israel nem impediu a construção do muro da separação e da cerca de segurança que dividem israelenses de palestinos e estes entre si, como discute o autor no capítulo intitulado “Road map to nowhere” (p. 29-34), sobre a ideia de uma estrada que foi traçada, mas que deve levar a lugar nenhum.

A relatividade da importância do papel da Organização das Nações Unidas (ONU) se reflete nas palavras de George W. Bush, ao afirmar o direito do uso da força, unilateralmente se necessário, contra um país identificado como inimigo. Tal resume o teor do oitavo capítulo “The United States and the United Nations” (p. 41-44). Caso a ONU não sirva como instrumento para as intervenções estadunidenses, ela é sumariamente desqualificada, como aconteceu antes da invasão do Iraque. A intervenção no Iraque, baseada em grandes falácias, é exemplo de uma guerra injusta. O que veio a serviço da manutenção da hegemonia norte-americana continua causando mal-estar e nuvens de temor e desesperança.

Noam Chomsky, professor do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) com vasta atuação na área de linguística e de crítica social

e política, continua apresentando, no livro ora resenhado, uma coletânea de artigos de diferentes datas, entre 2002 e 2008, argumentos que consolidam a ideia de que existe uma continuidade na prática hegemônica estadunidense, justificando sua onipresença bélica mundial, mesmo quando a situação exige um discurso sobre a paz. O fantasma de uma nova invasão assola a república islâmica iraniana. O Irã é a bola da vez. Todas as opções foram postas na mesa para uma negociação política não intervencionista com o governo que, para a comunidade internacional, parece querer se armar nuclearmente: “Inquestionavelmente o governo do Irã é digno de repreensão. A perspectiva de que o Irã possa vir a desenvolver armas nucleares é profundamente preocupante. Apesar do Irã ter todo o direito de desenvolver energia nuclear, ninguém – incluindo a maioria dos iranianos – quer que o país possua armas nucleares”. Isso contribuiria para aumentar riscos nucleares que já oferecem seus vizinhos Paquistão, Índia e Israel, todos já armados nuclearmente com a bênção dos Estados Unidos” (p.230-231). Essas relações explosivas entre poderio militar, armas atômicas e conflitos regionais também são abordadas no capítulo “Containing Iran, ‘All Options Are on the Table’” (p. 229-232).

O Irã é um país que já está habituado à ameaça e a um domínio regional e não se rende facilmente a negociações internacionais que contrariem seus desejos, mesmo que beligerantes e questionáveis. Uma nova onda de totalitarismo renasce na figura de Mamoud Ahmadinejad. O autoproclamado líder iraniano prefere contribuir com o desentendimento em regiões estrangeiras para desviar a atenção interna e externa dos constrangimentos em seu país. “O governo de Ahmadinejad representa uma mudança de sentido para o Irã, a transferência de

poder dos representantes da Revolução Islâmica para a linha-dura nascida durante a guerra com o Iraque e contrária às reformas liberais trazidas por Mohammad Khatami. Um governo mantido com o apoio da Guarda Revolucionária Islâmica (IRGC), espécie de polícia criada apenas para ‘proteger a revolução’, mas que investiga a população, está infiltrada nas universidades e controla qualquer tensão social com violência”. (VIEIRA, 2010, p. 58). Enquanto isso, “a crescente opressão leva os iranianos a uma vida dupla: desconfiada nas ruas, descontraída e ocidentalizada entre quatro paredes” (VIEIRA, 2010, p. 54). Assim, incentivar conflitos na Palestina, negar as consequências tenebrosas do nazismo, reeleger-se sob suspeita de fraude eleitoral, combater a oposição local com a famigerada Guarda Revolucionária, tudo creditaria uma rejeição qualificada à presença de tal líder, em qualquer rincão do mundo. O totalitarismo de Ahmadinejad é também de natureza religiosa. Crenças internas divergentes não são toleradas pelo extremista, que chega ao poder pela segunda vez e parece pretender contribuir para o crescimento da instabilidade regional e até mesmo mundial. Quando a questão é o misterioso programa nuclear desenvolvido no Irã, não se quer pôr em xeque o direito de um país explorar essas fontes de energia, mas sim em que mãos elas cairão. Trata-se de um governo que ignora divergências de qualquer natureza, formado de teocratas com um eixo comportamental predominante a ser seguido por todos os iranianos, fundamentando a intolerância e distanciando a rica cultura persa de qualquer possibilidade de atualização e expressão. Um grupo político-religioso domina todos os demais, condenando e perseguindo em nome desse perfil comportamental prescrito sem lastro cultural e humanista. Por que então esse homem deveria ser recebido por chefes

de Estado como se nada de mal fizesse a seu país e ao mundo? Não há motivo para acolher ou aceitar, sem críticas, as ideias bélicas desse anti-humanista. Ahmadinejad representa um retrocesso no cenário dos direitos humanos e um perigo real e simbólico inquestionável. No seu antissionismo há falácias históricas construídas para assegurar seus delírios. No entanto, o seu descuido retórico é um desserviço ao povo iraniano, uma vez ser usado deliberada e mal-dosamente pelos governos hegemônicos ocidentais para atacar o Irã. Todas as suas bravatas não são nem de longe ameaçadoras como as atitudes de seus vizinhos ou de seus críticos, a exemplo dos Estados Unidos. Os iranianos apenas têm a infelicidade de serem representados por um mau líder. “As bravatas de Mahmoud Ahmadinejad contra Israel, por condenáveis que sejam, são menos agressivas do que a imprensa ocidental faz crer. Frases como ‘o regime que ocupa Jerusalém deveria ser apagado das páginas do tempo’ são expressões de crença ou desejo, não ameaças de ataque nuclear” (COSTA, 2010, p. 59). Ao contrário do que afirmam os que o acolhem, antes de sua chegada ao poder, o povo persa caminhava rumo à conquista de mais liberdade e de melhores perspectivas no cenário político local e internacional. O drama iraniano continua residindo, portanto, na ausência de líderes e partidos políticos sérios e efetivamente comprometidos com a criação de um Estado democrático (TUPI-NAMBÁ, 2010). Tampouco os esforços diplomáticos das nações implicadas na questão do Irã têm apontado para uma real busca de solução desse problema. Mais parece “vinho velho em garrafas novas” e devem levar aos costumeiros impasses que esbarram nas ações truculentas das grandes potências somadas à intransigência dos aiatolás.

As Twin Towers foram destruídas ou ruíram? [...] Foi como se a potência que sustentava estas torres perdesse bruscamente toda a energia, toda a dinâmica, como se esta

potência arrogante bruscamente cedesse sob o efeito de um esforço demasiado intenso: precisamente o de querer ser sempre o único modelo do mundo. (MORIN & BAUDRILLARD, 2007, p. 15)

Ao se virar as páginas do sumário do livro (*Table of Contents*, p. v-vi), vira-se também a página da guerra do Iraque e se focaliza temas mais universais, como direitos humanos, democracia no Oriente Médio, os legados de Hiroshima e o terror atual, o futuro da paz na Palestina e a questão iraniana. Afinal de contas, as preocupações de Washington com o Irã são, pelas razões acima expostas e principalmente pelo papel atual que o país desempenha no cenário regional, bastante compreensíveis: “No Iraque, o apoio iraniano é bem-vindo para a grande maioria da população xiita. No Afeganistão, o presidente Kazai descreve o Irã como ‘um colaborador e uma solução’. Na Palestina, o Hamas, que tem o suporte iraniano, venceu em eleições livres, eliciando punição selvagem da população palestina por parte dos Estados Unidos e de Israel por terem votado ‘de maneira incorreta’. No Líbano, muitos libaneses veem um Hezbollah apoiado pelo Irã como uma força legítima defendendo seu país de Israel” (p. 229).

O livro mantém a tradição chomskyana de crítica à força e ao poder no âmbito das relações internacionais que emanam dos Estados Unidos e colaboradores e são justificados quando aplicados aos Estados inimigos que se comportam de forma contrária aos interesses do mundo “civilizado”: os que ditam as regras do jogo político e econômico e portam-se alheios aos acordos e às normas estabelecidos nos fóruns internacionais e têm a competência para evitar tais acordos impeditivos da sua livre ação.

São muitos os medos que mobilizam a humanidade e a deixam insatisfeita e atenta. Apesar da constatação dos perigos iminentes ou não que assolam a humanidade a partir dessas forças centrais determinantes, Chomsky não descarta algumas possibilidades de ação coletiva que podem contribuir para frear esses desmandos e diminuir os perigos daí resultantes. Para o autor, muitos críticos do sistema são negativistas e têm pouco de positivo a acrescentar. Buscando contrariar essa postura, aponta muitas sugestões que revelam seu otimismo por trás dessa avalanche de maus-tratos e concentração de poder que critica e que tem levado o mundo a um sofrimento desnecessário e em muitos pontos evitável. Mesmo no Iraque destruído pela guerra, há esperança de conciliação se os invasores, responsáveis pela violência interna, retirarem seus homens e deixarem o Iraque para os iraquianos: “[...] os iraquianos não estão sozinhos na crença de que a reconciliação nacional é possível. Pesquisa feita pelos canadenses constatou que os afegãos estão esperançosos acerca do futuro e que são favoráveis à presença de tropas canadenses e de outras tropas estrangeiras [...]” (p. 239).

Outros trabalhos de igual teor foram escritos por Chomsky no mesmo período de produção dos ensaios que compõem o livro atual. Muitas das ideias desses ensaios estão presentes noutros trabalhos a eles contemporâneos de modo mais detalhado e profundo (p. viii). Além de apresentar um leque de contribuições que podem levar o leitor a um amplo debate sobre o pensamento político de Chomsky, o livro é um fio condutor para textos mais completos sobre cada tema nele abordado.

Nota

¹ Todos os extratos transcritos do livro resenhado foram traduzidos livremente do original inglês pelo autor.

Referências

CHOMSKY, N. *Estados párias: a lei da força nos assuntos internacionais*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2003.

COSTA, A. L. M. C. Pesos, medidas e contexto. *Carta Capital*. São Paulo: Editora Confiança, 23 de junho de 2010. Ano XV, n. 601, p. 59.

GHATTAS, K. Arte floresce no Iraque apesar do embargo. *BBCBrasil.com*. Caderno Cultura, 30 de abril de 2002. http://www.bbc.co.uk/portuguese/cultura/020430_iraquero.shtml Consultado em 20 de maio de 2010.

PILGER, J. *Os novos senhores do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PÚBLICO. *Nobel da Paz para Barack Obama*. Caderno Mundo, Lisboa, 9 de outubro de 2009. http://www.publico.pt/Mundo/nobel-da-paz-para-barack-obama_1404371 Consultado em 25 de junho de 2010.

PUTZ, U. Bagdá quer voltar a ser a capital cultural do mundo árabe. *Controvérsia* (blog). <http://blog.controversia.com.br/2010/04/29/bagd-quer-voltar-a-ser-a-capital-cultural-do-mundo-rabe/> Consultado em 20 de maio de 2010.

TUPINAMBÁ, *Conversas sobre os desmandos estadunidenses no mundo*. No prelo.

_____, Entre Irã e Israel. *Jornal O POVO*, Fortaleza, 21-03-2010, p. 3.

VIEIRA, W. Sob o véu da censura. *Carta Capital*. São Paulo: Editora Confiança, 23 de junho de 2010. Ano XV, n. 601, p. 54-61.